



As políticas públicas como garantias da promoção do desenvolvimento social, da cidadania e dos direitos humanos: aspectos históricos e contemporâneos

Lucilélia Aparecida Colombo¹
Marcelo Fetz²
Emerson Oliveira do Nascimento³

Os desafios colocados pela modernidade diferenciam-se sobremaneira daqueles do passado; a contemporaneidade trouxe à tona temas como a identificação de políticas públicas com o seu público-alvo; os desdobramentos do desenvolvimento social para as populações mais vulneráveis; a formação da cidadania em um país de desigualdades históricas como o Brasil e, finalmente, como esse conjunto de demandas confluem para a existência de um rol de direitos humanos que sejam protetivos e eficientes. Neste sentido, o presente dossiê tem como foco apresentar uma série de trabalhos que versam sobre as políticas públicas e a sua interface com a formação da cidadania e do desenvolvimento social, como pré-condições para a proteção dos direitos humanos.

A formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas sempre foram foco de atenção de estudiosos das áreas das Ciências Sociais e da Ciência Política e, atualmente, ocupam um lugar central para a definição de todos os sub-temas que a circundam e que elencamos como sendo também foco do presente dossiê. Neste sentido, pensar em boas políticas públicas na atualidade é garantir que os direitos sociais e humanos estão sendo praticados, concomitante a uma sociedade mais justa e

¹ Professora Adjunta do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade. Pesquisadora Visitante no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). E-mail: leiacolombo@gmail.com

² Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais UFES e professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFES. E-mail: marcelofetz@gmail.com

³ Professor Adjunto do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFAL. E-mail: emersondonascimento@yahoo.com.br

igualitária. Seguem, portanto, a composição deste dossiê e das principais temáticas que comportam.

A construção da cidadania e a garantia de direitos no Brasil

A Constituição de 1988 reservou uma prerrogativa importante, rompendo com um padrão estabelecido anteriormente, inaugurando a cidadania plena no Brasil, a partir da qual todos os brasileiros possuem os mesmos direitos para acessar políticas públicas, independentemente de sua vinculação ao mercado de trabalho formal. Isso porque o período que antecedeu os anos de 1988 foram caracterizados pela chamada cidadania regulada, termo cunhado por Wanderley Guilherme dos Santos e que apregoava a primazia do mercado sobre as políticas sociais. Era considerado cidadão apenas quem possuísse carteira de trabalho assinada. Conforme aponta Santos (1979):

Os direitos sociais estão sempre associados a certa forma política de se entender a cidadania e, nesta perspectiva, torna-se mais relevante atentar para a contribuição que determinada política social traz em benefício da cidadania do que analisá-la estritamente em função dos resultados monetários, ou qualquer outro tipo de valor físico que traz a seus beneficiários (SANTOS, 1979, p. 83).

A partir de tal garantia, iniciava-se um novo período no Brasil, com um rol de políticas públicas amplo e que poderia servir como diretrizes importantes para a consecução de um welfare inclusivo. Todavia, o distanciamento entre o que propunha a nova Carta e o que de fato acontece na prática, produz um vácuo, passível de críticas e contestações. Neste sentido, a construção da cidadania no Brasil foi muito bem retratada por José Murilo de Carvalho que ao analisar 178 anos da história brasileira, passando por períodos de centralização e de descentralização e por períodos autoritários e democráticos, conclui que a formação da cidadania no Brasil não obedece à lógica daquela traçada por Marshall.

No Brasil, conclui Carvalho (2008), os direitos sociais tiveram um protagonismo elevado, em detrimento dos direitos políticos e dos direitos civis. Neste sentido, a pirâmide dos direitos foi invertida, em decorrência também de nossa intensa desigualdade social, traço de nossa formação histórica. Como ressalta o autor em tela:

Aqui primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação

política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam acessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo (CARVALHO, 2008, p. 219).

A despeito de nossa formação da cidadania de maneira tortuosa, também temos a consolidação de direitos sociais de maneira muitas vezes dúbia e que não atende a maioria da população. Além disso, o mesmo pode ser atribuído aos direitos humanos, que foram também colocados na berlinda especialmente em decorrência de períodos autoritários e de supressão da dignidade humana em sua amplitude. Neste sentido, se faz necessário ainda hoje discutirmos a amplitude dos avanços das políticas públicas garantidoras de direitos na federação brasileira, especialmente para questionar a própria natureza de nossa democracia; afinal, um sistema democrático completo é aquele que consegue sobrepor as suas desigualdades internas. Neste sentido, este trabalho justifica-se pelo exposto e no tópico seguinte, traremos de maneira breve, uma descrição dos trabalhos que compõe o presente dossiê.

Tecendo ciência: a composição do dossiê

O primeiro artigo que compõe o presente dossiê é de autoria de Fabrício Antonio Deffacci e de Nidene Cardena Souza e tem como título A atuação da UEMS nas políticas públicas da agricultura familiar: a atuação do mercado municipal de Amambaí-MS. A partir de um projeto de Extensão desenvolvido na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), em Amambaí, o artigo expõe como aproximar a comunidade local para o desenvolvimento, especificamente para a construção de políticas públicas eficazes para o comércio dos produtos da Agricultura Familiar e para o fomento da renda dos trabalhadores rurais. A partir do envolvimento da universidade com a comunidade local, foi possível estabelecer redes de diálogos que prezam pela sustentabilidade, além de permitir a inserção social destes atores do meio rural.

O segundo artigo, de Priscila Maria Lapa, intitulado O combate ao feminicídio no Estado de Pernambuco: as políticas de enfrentamento à violência de gênero, tem como foco abordar as políticas de assistência social disponíveis no estado para atuarem conjuntamente no enfrentamento da violência contra a mulher. Propõe um histórico de como o Brasil estruturou um rol de políticas públicas para o combate à violência de gênero e como Pernambuco se situa neste cenário nacional para a promoção de políticas capazes de combater este grave problema na sociedade brasileira e pernambucana. Ao situar historicamente a temática, o artigo também propõe discorrer sobre a natureza e as diretrizes do Serviço Social e como ele tem funcionado como um balizador importante no apoio a proteção dos direitos das mulheres.

O terceiro trabalho, de Victor de Jesus, apoia-se no O racismo institucional das políticas públicas como entrave da cidadania brasileira: uma análise das políticas de

saneamento básico e tem como objetivo analisar como o racismo, a cidadania e as políticas de saneamento muitas vezes confluem para uma segregação racial, na ausência de políticas garantidoras da igualdade. O autor argumenta que o racismo institucional é responsável pela perpetuação de distorções que levam a população negra a ficar desprovida de políticas que garantam a cidadania e a dignidade humana. Ao questionar o racismo institucional brasileiro, o autor coloca em debate como tem sido desenvolvido as políticas públicas de saneamento, concomitante a cidadania, no Brasil.

O quarto artigo deste dossiê, de Camila Similhana, cujo título é *Novos olhares sobre o cárcere: cadeias locais mineiras na Primeira República (1890-1914)* apresenta resultados de uma pesquisa de doutorado da autora, desenvolvida junto ao Programa de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Ao analisar as correspondências entre os delegados de polícia municipal e os promotores, busca contextualizar os conflitos existentes nos relatórios da polícia estadual, documentos presentes no Arquivo Público Mineiro.

O quinto trabalho acolhido neste dossiê é de Mário César de Souza e tem como título *A lógica de reprodução da estrutura social através da luta por reconhecimento em Axel Honneth* e se propõe a analisar como a luta por reconhecimento acontece na obra de Honneth, através de três formas: o pessoal, o social e o político, as quais compõe as bases para as relações sociais. Este processo de reconhecimento é caracterizado por ser intrasubjetivo e intersubjetivo, e, portanto, não é linear, tampouco estável. Ao considerar e caracterizar o contexto através do qual estes sujeitos são reconhecidos pelos seus pares na interação, há um caminho anterior trilhado por este indivíduo que é exatamente o reconhecimento de si mesmo.

O sexto trabalho de Marina Ferreira de Araújo Fernandes versa sobre *Entre a dança e a luta: repertórios de ocupação do MST baiano nos governos Jaques Wagner (2006-2014); a partir da interação entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra baiano e as instituições, especificamente a Secretaria de Agricultura do Governo da Bahia*, busca analisar os discursos do Jornal A Tarde e situar a partir de reportagens coletadas, como acontece o padrão de interação entre a SEAGRI e o movimento social em questão, especificamente no Governo de Jaques Wagner (2006-2014).

Por fim, o último trabalho acolhido neste dossiê é de Arione Porto da Silva, intitulado *Agenda de políticas públicas: o caso da agricultura urbana e periurbana em Maceió, Alagoas*. O trabalho busca analisar como a cidade de Maceió está adaptando as políticas públicas para a realização de uma agricultura urbana e periurbana, utilizando para tal o Plano Diretor da cidade. Além disso, ao utilizar documentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (SEMDS), busca analisar como o estímulo aos agricultores está sendo colocado em prática.

Este dossiê teve como objetivo principal oferecer um debate sobre temas que são conexos na atualidade: políticas públicas, direitos sociais, cidadania e direitos humanos. Para tanto, foram acolhidos artigos que tratam destas temáticas, promovendo,

assim, um recorte regional, à medida em que os pesquisadores que compõe este número são de diversas regiões do Brasil, bem como da qualidade de suas pesquisas.

Neste sentido, ao invés de esgotarmos o debate, nossa proposta é contrária: buscamos abrir uma janela de oportunidade para que novos trabalhos sejam pensados a partir do presente dossiê, bem como que este número sirva de inspiração de jovens pesquisadores do Brasil darem continuidade a essa agenda de pesquisa; cabe destacar que especialmente neste momento da história brasileira este debate é necessário, haja visto que temos os efeitos da pandemia do Coronavírus e de como ela impacta decisivamente as esferas social, política e econômica.

Esperamos que os esforços aqui concentrados possam, por fim, lançar luz sobre um caminho que consideramos cheio de obstáculos e de perguntas sem grandes respostas.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil** – o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARSHALL, A. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.